

**Excelentíssima Senhora Ministra Presidente do Supremo Tribunal Relatora
da ADPF 488**

ADPF 488

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE, devidamente qualificada nos autos da presente arguição de descumprimento de preceito fundamental, vem, mui respeitosamente, perante Vossa Excelência manifestar-se nos termos seguintes.

A presente ADPF encontra-se pautada para julgamento por meio do Plenário Virtual do STF, agendado para o período de 23 a 30/06/2023.

Não obstante, o art. 4º, II, da Resolução 542/2019 do STF permite que a parte formule pedido de destaque, para fins de retirada do processo da pauta de julgamentos eletrônicos e encaminhamento para inclusão em pauta de julgamento presencial.

A sociedade reconhece os avanços propiciados pelo Plenário Virtual, em termos de eficiência e celeridade dos inúmeros feitos que aguardam julgamento pela Suprema Corte.

Contudo, entende-se que o presente caso, por sua importância e em razão de sua conexão com o RE 1387795 (Tema 1232), enquadra-se nas hipóteses que recomendam seu julgamento no formato presencial.

O objeto da presente ação refere-se à discussão acerca da validade da prática processual trabalhista que permite a inclusão na fase de execução de empresas que não participaram do processo na fase de conhecimento, e que, portanto, não constaram no título executivo judicial, sob a alegação de pertencerem a um mesmo grupo econômico.

De outro lado, a discussão aqui tratada possui conexão com o julgamento do RE 1387795, no qual foi reconhecida pelo Pleno a repercussão geral dessa questão (Tema 1232) e determinada pelo Excelentíssimo Ministro Dias Toffoli a

suspensão nacional do processamento de todas as execuções trabalhistas que versem sobre o mesmo tema.

De fato, há uma pequena distinção entre os dois processos: enquanto o RE 1387795 discute a validade do referido procedimento a partir da vigência do art. 513, § 5º, do CPC (que **não proíbe apenas a inclusão** direta na fase de execução, **mas também a continuidade do cumprimento** da sentença contra quem não participou da fase de conhecimento), a presente ADPF abrange o período a partir do cancelamento da Súmula 205/TST, ocorrida em 2003, e tem como fundamentos do pedido a violação das garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa, legalidade, devido processo legal e igualdade.

Não obstante essa pequena distinção, entende-se pelo julgamento conjunto desta ADPF e do RE 1387795, à semelhança do julgamento conjunto da ADPF 324 e do RE 958252, que versaram sobre a terceirização nas relações de trabalho.

Diante do exposto, considerando que há, no RE 1387795, repercussão geral reconhecida em relação ao objeto desta ADPF, e em razão da relevância da discussão, pede-se o acolhimento do pedido de destaque para que o caso seja retirado do julgamento eletrônico no Plenário Virtual e encaminhado para julgamento presencial.

Pelo acolhimento.

Goiânia, 14 de junho de 2023.

ALESSANDRO INÁCIO MORAIS

OAB/GO 26.951